

A CIDADE E A SECA: O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1932 E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM IPU-CE

Raimundo Alves de Araújo¹
Edvanir Maia da Silveira²

RESUMO

Pretendemos neste texto analisar os efeitos da seca de 1932 sobre a cidade de Ipu. Naquela ocasião o governo do Estado empreendeu neste município um dos sete campos de concentração do Ceará. O campo se constituiu numa medida assistencial e repressora que pretendeu assistir e controlar os atingidos pela seca, ao mesmo tempo em que promoveu inúmeras transformações no espaço urbano, apropriando-se de recursos públicos e dessa mão-de-obra ociosa. O nosso objetivo é investigar essas ambigüidades que permearam a história de Ipu nesse período. Utilizaremos como fontes jornais, depoimentos e algumas obras de memorialistas da cidade que escreveram sobre o tema.

Palavras-chave: Cidade. Seca. Modernização.

THE CITY AND THE DROUGHT: THE CONCENTRATION CAMP OF 1932 AND THE URBAN TRANSFORMATIONS IN IPU-CE.

ABSTRACT

We intend in this text to analyze the effects of drought of 1932 on the city of Ipu. In that occasion, the government of the State undertook in this city one of the seven concentration camps of the Ceará. That field constituted an aiding and repressing measure that intended to attend and to control the victims of the drought, and at the same time it promoted innumerable transformations in the urban space, using public resources and the idle labour force. Our objective is to investigate these ambiguities that permeated the history of Ipu in this period. We used as sources periodicals, depositions and some works of citizens that had written about the subject.

Key-words: City. Drought. Modernization.

INTRODUÇÃO

Os antigos núcleos de assentamento colonial no século XVIII especializaram-se na exploração da mão-de-obra dos caboclos para a criação de gado, no cultivo da cana-de-açúcar, do algodão, de frutas, legumes e cereais. Como a maioria das velhas povoações desta área, a cidade de Ipu, até a primeira metade do século XIX, constituía-se numa povoação pouco atrativa no

¹ Aluno do curso de especialização em Teoria e Metodologia da História da UVA e professor do ensino médio pela Secretaria de Educação Básica do Ceará – SEDUC. arcanjoberne@bol.com.br. Trav. Manga, nº 23, apto. 102 – Sobral-Ce.

² Professora assistente do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. didisilveira@bol.com.br. Trav. Manga, nº 23, apto. 102 – Sobral-Ce.

cenário regional. Fora da área de atuação das instituições do Estado, a região centro-norte e da Serra da Ibiapaba ficaram famosas em toda a província por um significativo número de crimes praticados por proprietários e camponeses, que agiam livremente, sem temer as leis ou a justiça.

Eram por demais turbulentos [...] (e) sanguinários os primeiros povoadores desta parte da província, [...] os homens mais influentes [...] percorriam com bandos armados da serra ao vale e do vale à serra, decidindo de tudo (na) [...] lógica do bacamarte. Esses facínoras traziam em sobressalto Tamboril e [...] príncipe imperial (Crateús), Independência, Boa Viagem, Santa Quitéria e Ipu.³

Era justamente assentado no poder privado dos proprietários de terras que o Estado se fazia presente no ambiente conflitivo dos sertões do Ceará. É desta forma que Menezes, de passagem pela cidade recém criada em 1885, descreve-a:

Consta de uma grande praça, circulada de vários prédios excelentes, em cujo centro se acha a igreja matriz, templo [...] baixo, pobre[...] e ruas [...] paralelas ao curso do riacho[...] onde se vêem maior número de casas[...] consta [...] (de) 186 casas de telhas e inúmeras que são cobertas de fôlhas (sic) de palmeira, espalhadas no subúrbio ⁴.

Os abalos da grande seca de 1877-79 já haviam passado, e o algodão aparecia como promessa de produto de exportação que viria reativar a economia regional. Para Menezes, a pequena cidade aparecia como sendo o local ideal para a extensão da ferrovia de Sobral. Ele mesmo nos diz: “admirei a quantidade de algodão em caroço que entrava [...] dos portos vizinhos...”⁵.

As obras da Estrada de Ferro de Sobral, iniciadas com os recursos destinados ao combate aos efeitos da seca de 1877-79, precisavam ser estendidos até o Sertão Central e a Ibiapaba: “os produtos da Ibiapaba não se perderão como até hoje à falta de consumo.”⁶ A cidade de Ipu aparecia como o “porto natural” para a promoção do comércio e do desenvolvimento nesta área.

Desbravando capoeiras e caatingas vastas e intocáveis, de 1885 a 1894, com nove anos apenas de intervalo, e intercalado mesmo pela queda da Monarquia e ascensão da República, os trilhos da ferrovia deixam a cidade de Sobral e partem em direção aos sertões bravios do povoado do “Ipu-Grande”, situado ao sopé da Serra da Ibiapaba e de frente ao sertão de Tamboril. Tal obra, levada a efeito de modo quase ininterrupto, atesta o quanto era prioridade para as autoridades do estado a ligação da serra e do sertão algodoeiro com os portos do litoral.

A cidade de Ipu, até então um povoado com poucas casas cobertas de telhas, ainda circunscrito ao núcleo da velha igreja matriz, vai conhecer um acentuado ganho populacional e econômico, vindo a abrigar um grande número de migrantes que, deixando as fazendas e vilas próximas, dirigiam-se à cidade em busca das vantagens sociais e econômicas geradas pela movimentação dos trens pelos sertões do Ipu.

O século XX apresentava-se cheio de novidades: novos valores culturais e novas expectativas chegavam juntamente com o incremento às trocas comerciais entre o litoral norte, o Sertão Central e a Serra Grande. Falidas desde o fim do ciclo canavieiro, ainda no período colonial, as famílias tradicionais depositaram neste comércio ferroviário as esperanças de virem à região alavancar para o centro do capitalismo agro-exportador.

Sabemos que a condução das grandes obras públicas de infra-estrutura executadas no Ceará, desde o final do império até os anos vinte do século passado, esteve irremediavelmente ligada aos recursos destinados ao combate aos efeitos das secas sobre esta sofrida população. As

³ MENEZES, Antônio Bezerra de. Notas de Viagem. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965. p. 205.

⁴ Ibid, p. 200.

⁵ Ibid., p. 201.

⁶ Ibid., p. 319.

elites proprietárias e políticas, apropriando-se do discurso da seca, escamoteavam as várias causas da miséria humana no estado e ainda beneficiavam-se com os recursos federais enviados para socorrer os “flagelados”.

Além disso, sertanejos vítimas da miséria e das intempéries eram convertidos em mão-de-obra barata para condução e conclusão de açudes, portos, ferrovias, estradas, prédios públicos etc, sem mencionar aqui o velho uso dos gêneros e recursos destinados à assistência aos flagelados para suprir as demandas clientelistas dos grupos políticos partidários do governo do estado em cidades do interior.

Mas a migração dessa multidão para a cidade, expulsa pela seca e atraída pelas obras públicas urbanas, não traria apenas benefício para a cidade, mas também muitos problemas de ordem moral, social e sanitária, requerendo dos poderes públicos medidas disciplinadoras desse contingente temporário. Os campos de concentração constituíam uma dessas medidas. O nosso intuito aqui é discutir, por meio do campo de concentração, o paradoxo entre a situação gerada pela seca de 1932 e o processo de modernização da cidade de Ipú-Ce.

A BELA ÉPOCA DA FERROVIA

A prodigiosa expansão europeia da segunda metade do século XIX envolveu praticamente todas as áreas do globo terrestre numa teia única e estreita de relações e interesses, timbrada pela circulação de homens, mercadorias e informações, em que conceitos como cosmopolitismo e progresso associam-se, justificando o epíteto gracioso de “Belle Époque” que os franceses atribuem a esse período⁷.

No Brasil, de norte a sul, a borracha, o algodão e o café são apontados como os principais produtos que deram sustentação às transformações urbanas que marcaram a virada do século XX, e que corresponde ao período da Primeira República. Sérgio Buarque de Holanda atribui ao café a responsabilidade da nossa revolução. Para Holanda, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana era um marco para o nosso desenvolvimento. O café seria o viabilizador desse processo, na medida em que atraía as ferrovias para seu espaço, e estas, por sua vez, propiciavam ao longo de seu itinerário o surgimento de cidades.

No Nordeste, e especialmente no Ceará, o algodão terá esse papel. Em 1894, os trilhos da ferrovia chegavam finalmente à Ibiapaba: “No dia em que se inaugura a estação de Ipu (sic), voz, oh cidadãos ipuenses, deveis empenhar ao progresso a vossa atividade de tal sorte que [...] o sibilo da locomotiva lembrando-vos que não tendes direito a ociosidade, e sim obrigação ao trabalho.”⁸ Percebem-se aí as expectativas de progresso e desenvolvimento depositadas sobre a ferrovia. Através do trem, a cidade de Ipu passou a ser palco de um importante intercâmbio entre o litoral norte, o sertão agro-pastoril e a Serra da Ibiapaba.

O espaço urbano da cidade converteu-se num entreposto comercial, aonde o sertão semi-árido vinha trazer algodão, gado e seus derivados, cereais, artesanato em couro, barro ou palha etc. Da Serra Grande vinham rapadura, aguardente, farinha, grãos e uma infinidade de frutas e legumes. Do porto de Camocim, de Sobral, vinham tecidos, ferragens, prataria, roupas, perfumes, miudezas etc. O incentivo ao comércio fez surgir uma dinâmica classe urbana comercial, que aqui chamaremos burguesia aristocrática local, que fixando-se nas ruas do mercado municipal e da praça da estação, catalisou para si a maior parte dos lucros auferidos das trocas entre produtos primários do sertão e produtos manufaturados ou industrializados originários de Sobral, Camocim ou do comércio de importação.

Coube a essa burguesia municipal residente no perímetro urbano da cidade promover as mudanças trazidas pela modernidade ligada ao dinamismo das atividades econômicas geradas pela ferrovia, nas primeiras décadas do século XX. Mas a chegada da ferrovia não trouxe apenas o progresso material; juntamente com o desenvolvimento veio também o inchaço das periferias,

⁷ SEVCENKO, Nicolau. O Cosmopolitismo Pacifista da Belle Époque Brasileira. [s.d].

⁸ Manuscrito pertencente ao acervo da senhora Maria do Socorro Paz, lido na inauguração da estação de Ipu (1894) e citado em seu cinquentenário.

assim como o aumento da miséria e o conseqüente agravamento dos problemas sociais a ela ligados.

Os novos saberes e práticas disciplinares acerca do alinhamento de ruas e avenidas, as noções modernas de salubridade e de higiene, assim como a necessidade da separação entre os pobres das periferias e os moradores do centro urbano, aparecem entre as preocupações das autoridades locais, que se queriam, em sintonia com a capital do Estado, cultas, progressistas e evoluídas em relação aos paupérrimos moradores dos subúrbios do município. De acordo com Sevckenko, era esta a mentalidade carioca do período:

[...] a cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela. Já não é a singela morada de pedras sob coqueiros; [...] E por isso, quando o selvagem aparece é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas do seu coração, olhamos com terror para a lama bravia dos seus pés ⁹.

Se, antes da chegada da ferrovia, Antônio Bezerra de Menezes nos relata um ambiente central em Ipu, com “186 casas de telhas e inúmeras que são cobertas de folhas de palmeiras, espalhadas no subúrbio”¹⁰, mais tarde, 31 anos depois (1916), o cenário seria outro. Eusébio de Sousa, em trabalho monográfico sobre a cidade, faz menção a uma população de “4.000 habitantes [...] nos quatro bairros” próximos ao centro; notando ainda que “tem a cidade [...] sofrível edificação, cerca de 700 casas de telhas, afora o incalculável número de casebres de palha disseminados nos subúrbios.”¹¹

Das “186 casas de telhas” referidas em 1885, para as 700 mencionadas em 1916, o aumento parece-nos razoável, mas o que chama mais a atenção é justamente o crescimento das populações periféricas. Tais pessoas são provavelmente pequenos proprietários, pequenos comerciantes, agricultores sem-terra e toda sorte de excluídos, que vinham buscar abrigo nas terras próximas ao ambiente urbano, atraídos provavelmente também por uma pequena atividade comercial ou produtiva surgida aí nesta área da cidade. “Pouco a pouco foi o subúrbio povoando-se, de maneira que constitui hoje o bairro (do Alto dos Quatorze) de mais densa população”¹².

A modernidade urbana, característica desse período, por mais ínfima que se apresentasse nessa região, encantava pobres e ricos, todos queriam usufruir desse “progresso”. O zelo com que grupos de comerciantes e proprietários organizavam agremiações de caridade cristã, para assistir aos miseráveis, retrata aí a preocupação com a segurança, o combate à criminalidade e com o amparo assistencial que os grupos privilegiados deviam prestar aos grupos excluídos.

As “Conferências Vicentinas”¹³ estavam entre essas agremiações, compostas principalmente por proprietários fundiários e comerciantes do centro. “Duzentos e oitenta e seis é o actual numero (sic) de confrades existentes no Ipú (sic), o que talvez não succeda (sic) com nenhuma cidade do interior do Ceará”¹⁴. Organizados nestas células artificiais que promoviam a caridade, a sociedade urbana pretendia, pela promoção dos valores morais cristãos, amparar e desmobilizar possíveis agentes perturbadores da paz social: “Incalculáveis são os benefícios que prestam essas pequenas colméias à pobreza. Possuem uma pequena rua de casinhas destinadas aos pobres, distribuem semanalmente generos e soccorros (sic) a cerca de setenta famílias, reúnem-se [...] no consistório da Matriz”¹⁵.

⁹ SEVCENKO, N. P. Literatura como missão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 49.

¹⁰ MENEZES, Antônio Bezerra de. op. cit., p. 200.

¹¹ SOUSA, Eusébio de. Revista dos municípios, anno I, fevereiro de 1929. p. 19. Fazendo referência a uma monografia sobre a cidade de Ipu, de sua autoria, escrita esta em 1916.

¹² Ibid., p. 18-19.

¹³ Agremiações sociais organizadas pela Igreja Católica no início do século XX, especializadas na promoção da caridade e da assistência a pobres e desvalidos.

¹⁴ SOUSA, 1929, op. cit., p. 40.

¹⁵ Ibid., p. 40.

Se, por um lado, a modernidade trouxe, aos olhos da burguesia aristocrática do centro da cidade, um considerável ganho em capitais, trouxe também a companhia incômoda e inoportuna de uma significativa população que vivia à margem do perímetro urbano e “civilizado”, atraída também pelo comércio ferroviário.

A cidade administrada por esta “burguesia” central, se queria moderna, progressista e civilizada, em oposição aos rudes moradores dos subúrbios. Representam bem esse sentimento a composição da Associação Comercial, do Gabinete de Leitura, do Grêmio Recreativo Ipuense, dentre outras. Mas, por outro lado, via-se como uma “ilha de prosperidade” cercada por um mar de casebres miseráveis de palha, desorganizados, desalinhados, anti-higiênicos e abarrotados de famílias paupérrimas, com toda sorte de vícios e perigos.

A nossa burguesia agro-exportadora e comercial empreendeu políticas públicas de controle, disciplina e isolamento dessas populações “perigosas”. Era preciso “civilizar” o Ipu e modernizá-lo. Foi dentro desses princípios que a classe dirigente promoveu a transferência da cadeia pública e do cemitério para lugares fora do perímetro urbano da cidade. Diferente do velho núcleo colonial da igreja matriz, as novas ruas e avenidas largas e paralelas promoviam uma ligação direta, através de um amplo corredor comercial, entre o mercado público e o magnífico prédio da estação ferroviária.

Localizado a sotavento, o novo cemitério vem demarcar a mudança de valores representada pela propagação dos conhecimentos oriundos da teoria microbiana. Se antes se mantinha com os mortos uma relação de proximidade, agora eles eram os agentes propagadores de mortíferos “miasmas” e microrganismos transmissores de várias moléstias.

Já o imponente prédio da cadeia pública, concluído com o auxílio das verbas e dos braços dos flagelados da seca de 1932, por ser localizado estrategicamente numa região desabitada entre o Alto do Quatorze (o subúrbio mais populoso) e a área central, representou, em si, uma proteção desta população urbana ante um subúrbio miseravelmente perigoso. O prédio era em si mesmo um monumental “espantinho de concreto”, lembrando a todos da linha visível que distinguia a “melhor sociedade”¹⁶ dos indivíduos oriundos da periferia.

Mas se a cidade conheceu, desde o século anterior, grandes obras públicas de desenvolvimento (a abertura de estradas, a chegada da ferrovia, a construção de prédios públicos, a perfuração de poços profundos, calçamento, dentre outros) contou-se não apenas com o incentivo do discurso da seca, mas também com a real necessidade de investimento em uma região que poderia vir a contribuir com o comércio regional a partir das demandas algodoeiras.

AS SECAS

Apesar de não ter sido a única, a seca foi inegavelmente a maior incentivadora da liberação dos recursos para a condução e conclusão das obras de infra-estrutura urbana. O uso que as elites locais faziam da seca e de seus recursos fica evidenciado neste trecho do trabalho de Eusébio de Sousa: “O (açude) Vacca Brava [...] trata de represar as águas (sic) dos riachos Vacca Brava e Maritataca, com o fim principal de formar uma aguada para criação do gado”.¹⁷

Localizadas fora do perímetro urbano, em uma fazenda num distrito, as águas do açude público referido foram destinadas ao gado pertencente aos grandes proprietários desta área, pois não é crível que a maioria da população aí residente possuísse tais bens. Somos levados a crer que tal obra visou desde o início ao favorecimento dos grandes proprietários de rebanho bovino. Os proprietários fundiários, ao intermediarem, pela política local, a distribuição dos recursos de combate aos efeitos da seca, acabavam por dirigí-los prioritariamente para o beneficiamento de suas terras, de seu rebanho e de seus protegidos políticos.

A “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar sua influência política para moralizá-la, fazia parte do sistema de compromisso do “coronelismo” [...] em troca de seu

¹⁶ Termo empregado por Sousa (op. cit.) ao referir-se aos moradores do centro da cidade naquela ocasião.

¹⁷ Ibid., p.5.

incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais.¹⁸

O abandono oficial do interior, além de favorecer o uso inadequado de recursos públicos para interesses privados, ajudou a consolidar, através do assistencialismo partidário, grupos hegemônicos no poder municipal que intermediavam a distribuição desses recursos entre seus pares.

Para André de Oliveira, as elites estaduais, seja na capital ou nas pequenas cidades do interior do estado, aprenderam a “tirar vantagem da própria desgraça”¹⁹, desenvolvendo todo um sistema de justificativas políticos-institucionais que pretendeu e executou a promoção de grandes obras estaduais com as verbas destinadas ao “socorro” dos “flagelados” das secas. Fora assim, que ao longo de sua história, o Ceará conseguiu a liberalização do maior número de recursos para a condução e conclusão das obras da ferrovia, assim como da açudagem, estradas e portos.

Sobre este assunto, é oportuno citarmos aqui a fala do Conselho de Estado ao Imperador D. Pedro II, citado por André Oliveira:

Senhor, [É oportuno] tirar vantagem da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis braços ociosos; [iniciado durante a seca de 1877-79], a construção da estrada de ferro que [...], seguindo de Camocim [...] termina em Sobral, [...] donde mais tarde se prolongará [...] em direção ao Piauí [sic]. Com o mesmo intuito de evitar para o futuro os funestos efeitos da secca [sic], e dar no presente, emprego a milhares de braços [...] ociosos.²⁰

Percebe-se aí que a seca virou o pretexto para as elites proprietárias do sertão e da capital darem prosseguimento às obras que visavam ao beneficiamento prioritário de suas terras e bens. A “seca” era na verdade a força e legitimidade às demandas de progresso e desenvolvimento desses atores sociais. O aproveitamento da mão-de-obra nestas frentes de serviços acabou por criar nas classes exploradas o hábito de, por ocasião da estiagem, abandonar seus lares e partir em busca das obras assistenciais do governo.

Embora a cidade contasse com um equilibrado e promissor comércio ferroviário, as variações climáticas e o aumento da população periférica, somado ao magro orçamento, tornavam seu “progresso” e desenvolvimento muito lentos aos olhos do grupo dominante: “a fonte principal da renda do município consente na arrecadação de impostos [...] dos produtos locais”.²¹

A caridade pública ou privada, o alistamento em obras emergências ou ainda o apelo à assistência dos ricos para com os pobres são as formas experimentadas pelos despossuídos para buscar ajuda por ocasião das secas. É interessante percebermos aí a existência mesmo de uma “economia moral”, como a referida por E. P. Thompson, em seu livro “Costumes em comum”²².

O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1932

Passadas as secas de 1915 e 1919, os anos 20 seriam de tranqüilidade e prosperidade para a cidade. Mas esta estabilidade duraria pouco. A “Revolução de 30” e a seca de 1932 vieram

¹⁸ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 73-74.

¹⁹ OLIVEIRA, André Frota de. A Estrada de Ferro de Sobral. (Mensagem do Conselho de Estado ao Imperador D. Pedro II). Fortaleza: Expressão Gráfica, 1994, p. 35. (citação adaptada).

²⁰ Ibid., p. 35.

²¹ SOUSA, op cit., p 15.

²² Ver THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. (Tradução de Rosaura Eichemberg). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

trazer nova instabilidade. Mais uma vez a cidade conheceria a estiagem e o rol de conseqüências por ela provocadas.

Com a crise institucional e a escassez de chuvas registradas no início da década de 30, em vários pontos do interior do Estado ocorrem desordens geradas principalmente pela falta do amparo oficial dado pelas instituições às vítimas da seca.

[...] a praça da estação ferroviária da pequena cidade de Orós, já naquele dia 11 de janeiro de 1932, encontrava-se ocupada por centenas de retirantes esfomeados, [...] a multidão atacou o carregamento, derrubando violentamente as portas dos vagões e [...] levou 48 fardos de charque para longe da praça, [...].²³

As medidas interventórias e o caos institucional existente naquele momento (em São Paulo ocorreria a Revolução Constitucionalista) impossibilitaram a execução de um plano eficiente para amparar de forma efetiva os sertanejos atingidos pela escassez de chuvas de 1931. Quando em 1932 mais uma seca se prenuncia, os sertanejos pobres, acostumados aos socorros oficiais, passam a agir de forma muito mais enérgica e dramática, saqueando armazéns, trens e exercendo uma pressão moral sobre autoridades e estabelecimentos oficiais de assistência.

A ação do governo Vargas, no sentido de interferir na política, retirando de cena as oligarquias tradicionais e procurando enfraquecê-las, resultou num “afrouxamento” do poder protetor e repressor representado pelo coronelismo regional. Não tendo cumprido seus deveres de elite (amparando aos pobres em suas dificuldades) e não ocorrendo a transformação da seca em “empreendimento oficial” capaz de absorver a mão-de-obra dos “flagelados”, tal como ocorrera nas secas anteriores, os trabalhadores pobres que buscavam a assistência oficial resolveram “cobrar” seus “direitos” de “clientela” leal aos coronéis tradicionais.

Esta ação das massas de sertanejos famintos saqueando trens e embarcando com destino à capital é apresentada por Kênia Sousa Rios²⁴ e por Frederico de Castro Neves de forma bastante consistente. Em Fortaleza os jornais dão notícia do caos existente nos sertões do interior cearense: “Fortaleza é invadida pela onda faminta.” (O Povo, 13/04/1932) ou ainda: “O exército sinistro dos esfomeados marcha pelas estradas em demanda de Fortaleza.” (Correio do Ceará, 04/04/1932)²⁵. Além do óbvio medo que a chegada dos flagelados à capital do Estado deveria gerar, havia no alarme da imprensa uma cobrança no sentido de transformar novamente o combate aos efeitos da seca em “empreendimento oficial”.

Esta estiagem traria uma nova postura do governo federal no tocante ao enfrentamento das questões relacionadas ao combate aos efeitos das secas. Nenhuma outra estiagem conheceria tão enérgico e cabal plano de contenção e aproveitamento da mão-de-obra dos pobres como a de 1932, momento em que o novo governo, ante o assédio de milhares de pessoas em busca de ocupação e assistência em obras públicas federais, desencadeou medidas duras no sentido de controlar e disciplinar os sertanejos pobres que demandavam o já habitual amparo governamental dado nos momentos de seca.

O governo federal responde desta forma:

[Para] levar a efeito, [...] como um apostolado, a defesa sanitária – saneamento e higiene – estendendo-a, principalmente, às populações rurais, até hoje abandonadas, [...] e, pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, apressar o progresso do país [...] E, concluindo: o problema das secas [sic] merecem providências especiais, e o plano organizado vem sendo posto em execução metodicamente [...] exigindo o emprego de medidas excepcionais [sic] para socorrer aquelas valoro-

²³ NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932)*. p. 123, 124, 125.

²⁴ RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/Sécretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

²⁵ Apud RIOS, op. cit. p. 30 e 31.

sas populações [...] [para] abrigar da miséria cêrca [sic] de meio milhão de flagelados²⁶.

Os anseios das elites da capital e do interior (assim como dos próprios “flagelados”) são atendidos quando o governo federal resolve dar início à construção de sete “Campos de Concentração” por todo o Estado: Crato, com 60.000 pessoas; Cariús, com 31.906; Quixeramobim, com 5.000; Senador Pompeu, com 20.000; Ipu, com 7.000; Fortaleza, com dois campos, com 5.500 pessoas²⁷. “O Campo de Concentração era a garantia de que ninguém morreria de fome”²⁸, diz-nos um escritor local, que teria vivenciado aquele momento. Tal medida viria coroar o que se tinha de mais “moderno” no campo da engenharia social e do disciplinamento de “minorias problemáticas”.

Se 1920 (com 410 mortes) figura como um período de normalidade, 1932 (com 834 mortes) figura como a maior calamidade de nossa história. Temos aí uma situação curiosa: entre os meses de setembro e dezembro de 1932, quando a situação no Campo de Concentração do Ipu ficou totalmente fora de controle, registraram-se 553 mortes, sendo que 72 foram de pessoas de fora da Concentração. Isso diz-nos que ou o Campo de Concentração conseguiu isolar admiravelmente a população local das epidemias de sarampo e de outras doenças (pois os efeitos destas epidemias acometeram principalmente aos flagelados, e não a população da cidade), ou os políticos locais, querendo “sensibilizar” as autoridades estaduais para que estas enviassem maiores e melhores recursos para a cidade, engordaram as cifras dos mortos do Campo unindo-as aos mortos da localidade.

De certo mesmo só o fato de que para os poderes públicos locais não havia uma distinção clara entre os flagelados adventícios e os “flagelados” locais, pois os recursos sempre se confundiram, o que gerou mesmo o afastamento de Lima, por mau uso das verbas da seca, nos anos posteriores à estiagem.

A esse respeito, Joaquim de Oliveira Lima nos fala:

Em 1932, ao ser declarada a seca, coube ao ipú [sic] a única concentração de flagelados do norte do Estado [...] De julho de 1932 a fevereiro de 1933 estive à frente do grande trabalho [...]. Chegou a nove mil o número de flagelados que [...] convergiam de toda a zona e dos Estados vizinhos.²⁹

Imediatamente, o prefeito, como de hábito e tradição, decide aproveitar-se da seca e do Campo de Concentração para fomentar o progresso da cidade:

Ao tomar conta do município [de Ipu] apelei para o Sr. Interventor Federal no sentido de me ser concedido um auxílio para a continuação dos trabalhos [da nova Cadeia Pública], [...] vindo, por fim, concluí-los em 1933 com o auxílio dos flagelados do Campo de Concentração.³⁰

Em nenhum momento de nossa história, desde o início do século XX, a seca fora usada de forma tão explícita como fonte geratriz do “progresso” e da urbanização da cidade como em 1932: “Orça em cerca de quinze mil metros o número de calçamentos espalhados pela cidade, e que foram feitos na administração revolucionária”, diz-nos o então prefeito Joaquim Lima.

Citemos novamente Lima: “De julho de 1932 a fevereiro de 1933 estive à frente do grande trabalho [...]. Chegou a nove mil o número de flagelados que [...] convergiam de toda a

²⁶ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil – II ; ano de 1933 – A Revolução e o Norte. José Olímpio. Rio de Janeiro – 1933 p

²⁷ NEVES, Frederico de Castro. Cural dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). Ver. Bros. De História. São Paulo, v. 15, n° 29, p. 93-122. 1995.

²⁸ MARTINS, Francisco Magalhães. Contos. p. 17. (s.n.t.).

²⁹ LIMA, Joaquim. Administração municipal em Ipu no regime revolucionário. Sobral-Ce: Oficinas Gráficas Correio da Semana, 1935. p. 49.

³⁰ LIMA, op. cit.

zona e dos Estados vizinhos”³¹. Um cronista local denuncia o mau uso dos recursos para assistência aos flagelados da seca: “A ração diminuiu e piorou, o gado que compravam era magro, doente, até mordido de cobra ou envenenado de tingui... Uma roubalheira! O prefeito enchendo o bucho e o dos amigos, à custa dos pobres!”³²

Graças aos esforços dos habitantes do Campo de Concentração as principais ruas do centro da cidade foram calçadas, uma nova cadeia fora construída e muitos outros melhoramentos urbanos foram implementados, como aguadas, poços profundos e chafarizes públicos.

[...] A todos nós é conhecida a necessidade que se impunha de dotar o Ipu com um prédio próprio para encarcerados e retirar do centro da cidade o depósito anti-higiênico, mal impressionador que possuíamos [...] no começo de novecentos e trinta e dois, auxiliado pelos recursos da Prefeitura [...] veio depois a concentração de flagelados e por autorização dos Senhores Tenentes [...] pude me utilizar dos flagelados para todos os serviços públicos.³³

A cidade via a seca como oportunidade de desenvolvimento, mas não podemos esquecer que mais do que significar “dinheiro” e “braços” para financiar o “progresso” e garantir privilégios para a facção dominante, a seca e o Campo de Concentração do Ipu vieram significar também uma séria ameaça à saúde, à ordem pública e a seu status de cidade “civilizada” e moderna. Transformada em área de atração para uma grande multidão de migrantes, sem as condições estruturais necessárias a sua instalação, a cidade se expunha à contaminação por doenças perigosas, entre outros riscos.

[...] a Inspeção teve, pois, que admitir em suas obras mulheres e meninos, estabelecendo [...] em vistas da grande quantidade, que os últimos só seriam recebidos quando a família se compunha de mais de seis pessoas. [...] encontrava-se nos serviços da Inspeção um número impressionante de crianças de 10, 12 e 15 anos, que, tendo perdido pai e mãe, eram obrigadas a procurar [...] o sustento dos irmãos menores.³⁴

O obituário da Matriz da cidade, assim como o livro escrito pelo ex-prefeito Joaquim Lima referindo-se àquela ocasião, dá conta de a cidade enfrentar naquela ocasião uma séria crise alimentar, sanitária e de disciplina, principalmente quando o número de “flagelados” assistidos no Campo de Concentração superava em muito a medida do comportável e do administrável:

O Comboio [do trem] apanhava mais flagelados em cada estação – Pinheiro, Nova Russas, Ipueiras. Nos vagões se confundiam homens, mulheres, meninos e velhos [...] em promiscuidade, os sadios e os doentes – Tuberculosos, epiléticos, assezoados, até loucos [...].³⁵

Havia mesmo o alargamento dos números oficiais no sentido de direcionar os recursos da seca para assistir a clientela dos moradores da cidade. Segundo Castro Neves, haveria cerca de 7.000 pessoas no Campo de Concentração do Ipu. Já para o prefeito, este número seria de cerca de 9.000. A disparidade aponta para o uso político e assistencialista que o grupo dominante fez das verbas destinadas a socorrer aos concentrados.

³¹ LIMA, Joaquim. op. cit. (sem paginação).

³² MARTINS, Francisco Magalhães. Contos. p. 17. (s. ed.).

³³ LIMA, Joaquim. op. cit. (sem paginação).

³⁴ Boletim do IFOCS (Inspeção Federal de Obras Contra as Secas), abril, 1934. n° 4, vol. 1. p. 189. Seria interessante dizer que nem sempre as informações dadas pelos flagelados podem ser tomadas com sinceras; era bastante comum os sertanejos usarem de artimanhas para ludibriar as regras assistenciais do IFOCS, omitindo informações e ocultando verdades para que outros membros da mesma família também pudessem ser amparados debaixo do “guarda-chuva” de proteção do órgão.

³⁵ Ibid.

O “novo receituário”, representado por uma interdição mais radical na sociedade conflituosa, interferindo na seca e disciplinando suas “vítimas” de maneira “dinâmica” e “eficiente” no cenário do estado, não veio representar uma ruptura com os métodos tradicionais; ao contrário, o Campo de Concentração constituiu um refinamento das políticas públicas de contenção dos problemas das secas e financiamento do desenvolvimento regional.

Os flagelados não podem ficar inativos um só momento. Todos eles têm que trabalhar seja em que serviço for [...] Além da constante construção de barracas, cerca de 500 homens trabalham no serviço de olaria,[...] carpintaria [...] alfaiataria [...] barbearia [...] e ainda uma secção de funilaria, onde se fabricam lamparinas, canecas e outros utensílios usados nos campos.³⁶ Ou, como escreveu o prefeito: Orça em cerca de quinze mil metros o número de calçamentos espalhados pela cidade e que foram feitos na administração revolucionária.³⁷ Ou ainda: Depois do banho das cinco horas, é feita a chamada para o café, cada chefe de família possui (sic) um cartão com o número de pessoas de seu lar...³⁸

Nota-se o imperativo do trabalho “moderno” e “produtivo”, por trás da motivação ideológica da conversão dos flagelados em “operários da seca” e da transformação da calamidade pública em empreendimento oficial para conter os “vícios da ociosidade”. Impondo o trabalho compulsório a homens, mulheres e crianças da Concentração, chegava-se mesmo a excluir os menos capazes ou os mais produtivos, sendo estes últimos dispensados para irem prestar serviço nas obras de prolongamento da ferrovia, em Sobral ou em Crateús.

Sobre isto, fala-nos Luiza Alves de Araújo, esposa de João Ferreira de Araújo, que nesta ocasião, o senhor Pedro Ferreira de Araújo (seu sogro), então um jovem com cerca de 20 anos, deixava a pequena povoação de Ramada (hoje distrito de Guaraciaba do Norte, na divisa com Ipu), tendo que buscar trabalho nas obras de prolongamento da estrada de ferro de Sobral, no ramal que a ligaria à estrada de ferro do Baturité:

Ele (o Pedro Ferreira de Araújo) saía da Ramada à boquinha da noite. Saía e chegava sexta-feira de noite. Ele passava 15 dia lá. [...] Ele ia de pés; não tinha dinheiro; acho que era um dia e uma noite de viagem. Ele ia trabalhá nuum tal de caçaco que tinha de primeiro, com açude, com a estrada de ferro, em coisas assim; [...] porque só tinha serviço lá; por aqui não tinha quem pudesse pagá. Ele ia com os cumpade dele, era muita gente; cada qual com um mantulãozim nas costas. Os cumpade dele ia também; o Vicente Barbosa; tinha era muita gente. Ele trazia feijão, trazia farinha suruim, uma farinha véa roxa; coisa de comê.³⁹

Para ilustrarmos melhor este fato, citamos ainda trecho de Francisco Magalhães Martins, um escritor local:

O pai [...] intimado a deixar o Campo, tinha-se retirado sem destino, com a família, porque não pudera continuar no serviço, o corpo moído de dores e as mãos estalando de calos, da picareta nas pedras. Não era homem afeito a trabalho tão pesado.⁴⁰

Ou ainda trecho da entrevista com o senhor João Matias Marinho em que ele diz:

³⁶ Jornal O Povo, 28/04/32, apud. RIOS, op. cit., p. 66.

³⁷ LIMA, Joaquim de Oliveira, op. cit., p.38.

³⁸ RIOS, Kênia Sousa, op. cit., p. 96.

³⁹ Entrevista feita com a senhora Luíza Alves de Araújo, em 03/10/2006.

⁴⁰ MARTINS, Francisco Magalhães. Contos. p.. 17. (s. ed.)

Os próprios dono de terra iam trabalhar em Sobral de pés; o pequeno proprietário, que só tinha a terrinha, não tinha mais nada, ia trabalhar na construção da estrada de ferro de Sobral. [...] é que eles não tinham dinheiro pra pagar a passagem; e não tinha serviço. Aí esse povo se largava daqui pra trabalhar no Riacho da Sela, perto de Fortaleza, de Sobral. [...] aí quando era no fim do mês aquele que pegava o dinheiro, vinha dexá pro pai; lembro demais.⁴¹

É importante notarmos que nestes casos o critério de seleção era inverso ao normal: os indivíduos mais capacitados ao trabalho eram dispensados dos serviços locais para serem melhor aproveitados nas obras de maior importância estratégica para as autoridades. Curioso, também, é que esta estratégia de remanejamento da mão-de-obra dos “flagelados”, ao invés de inibir as migrações regionais, acabava por incentivá-las, precipitando um grande número de homens e mulheres em uma pesada rotina de ir e vir, levando e trazendo alimentos e recursos para seus familiares.

É também importante ressaltar o fato de mesmo os pequenos proprietários (como foi o caso de Pedro Ferreira de Araújo e segundo a fala de João Matias Marinho) também estarem envolvidos nestas obras e nestes serviços, o que nos leva à relativização dos arquétipos do “flagelado” típico, personagem atemporal que povoa os discursos oficiais, a cultura popular e a literatura acadêmica quando falam de seca, de seus efeitos ou de seus personagens.

Há certamente aí uma estereotipização do sertanejo, como quiseram demonstrar Adrião e Durval Muniz, quando nos é apresentado o sertão e seus habitantes como um lugar atemporal, onde a seca, o cangaço e o fanatismo religioso predominariam peremptoriamente. Mas não podemos dizer que a seca e suas tragédias tenham nascido dos discursos dos agentes políticos para alimentar a indústria da seca, sem levar em conta que este discurso se fundamentaria numa realidade palpável.

De acordo com a historiografia das secas no Ceará, as primeiras décadas do século XX (1910, 1920 e 1930) foram o momento em que as elites estaduais se organizam para a construção do “discurso da seca” de forma mais eficiente e dinâmica, estratégia posta em prática para, com nos disse a carta ministerial citada no início deste trabalho, “tirar vantagem da própria desgraça”, desenvolvendo aquilo que se convencionou chamar de “indústria da seca”.

A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, [...] compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”⁴².

Para o historiador Durval Muniz, a seca, muito além de representar apenas morte e calamidade, representa principalmente uma oportunidade da condução ou conclusão de uma gama significativa de obras ligadas à açudagem e ao prolongamento das ferrovias. Se, por um lado, é inegável que a seca representava um agente desestabilizador e agravador da fome e da mortalidade do gado e das pessoas, por outro lado ela também se destacava como momento em que o Estado do Ceará – e em menor escala os pequenos e médios municípios do interior – poderiam “convencer” o país da necessidade e da urgência da “ajuda humanitária” à “terra das secas”⁴³.

Se for verdade que a seca serviu para “incrementar o progresso”, também o é que foi por intermédio dela que a cidade ganhou melhoramentos fundamentais para o abastecimento de sua população. “É evidente que a anemia financeira das municipalidades aumenta a sua dependência em relação aos governos estaduais e, conseqüentemente, favorece a submissão política dos chefes

⁴¹ Entrevista feita com o Sr. João Matias Marinho, em 19 de julho de 2004, nascido antes da seca de 32.

⁴² ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Massangana; Cortez, 1999, p. 59.

⁴³ Termo usado por Rodolfo Teófilo.

locais”⁴⁴, diz-nos Victor Nunes Leal, em seu famoso livro “Coronelismo: enxada e voto”, argumentando que a situação financeira dos municípios do interior era bem precária. O recurso da persuasão através da ostentação das chagas sociais passou a ser uma ferramenta de pressão convincente sobre a máquina política nacional e estadual. Sobre isso gostaria ainda de citar:

A preferência dos governos em aplicarem a maior parte de suas rendas nos centros urbanos não ocorre somente em favor das capitais e das grandes cidades. O fenômeno também é típico das pequenas cidades do interior. Água, esgoto, calçamento, jardins, energia elétrica – benefícios essencialmente urbanos – consomem a maior parte da receita dos municípios menores [...]. Estradas, hospitais, escolas têm ficado em segundo plano [...].⁴⁵

A seca, nesse sentido, trazia caos, mortandade e prejuízos materiais para toda a sociedade, mas também representava oportunidade para a conquista de investimentos oficiais. Isto fica bastante claro nesta citação do “O Nordeste” de 22 de abril de 1932: “As crises climáticas periódicas têm sido para a nossa terra o factor de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo o maior elemento de progresso do nosso meio econômico”.⁴⁶

Estamos certos de que, apesar dos inúmeros estudos sobre este tema, ainda há muito a ser desvendado. O que podemos concluir parcialmente é que, mesmo que contraditórias, seca e modernização se complementam na história do Ipu e de muitas outras cidades cearenses, porque são apropriados por sujeitos sociais ambíguos, que num misto de resistência e conformismo constroem todos os dias a história dos seus lugares e de suas vidas.

⁴⁴ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município no regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 195.

⁴⁵ Idem. p. 198.

⁴⁶ Jornal O Nordeste, 22 de abril de 1932, citado por RIOS, op. cit., p. 24.